



O que está sendo feito?

1. Giac promove reunião entre Ministério da Saúde e focalizadores para discutir uso precoce da cloroquina



O Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac-Covid-19) realizou nesta segunda (1º) reunião entre os membros focalizadores dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais e técnicos do Ministério da Saúde, objetivando esclarecimentos sobre a nota informativa que orienta o uso precoce da cloroquina no tratamento da covid-19. O ministro interino

da Saúde, general Eduardo Pazuello, participou do encontro. Ele afirmou que a nota informativa é apenas uma orientação, cujo objetivo é estabelecer as doses e os parâmetros para o uso precoce da medicação. No entanto, isso não torna tratamento obrigatório, e a administração do remédio ainda depende da avaliação do médico responsável e do consentimento do paciente. O que o Ministério da Saúde está fazendo é garantir a distribuição do medicamento para ser ministrado, conforme prescrição médica, aos pacientes do SUS.

O encontro teve a presença de diversos técnicos do Ministério da Saúde, entre eles da médica Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e integrante do grupo que auxiliou na elaboração da nota informativa. Estavam presentes, ainda, o secretário adjunto de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Hélio Angotti Neto; a médica Maria Inês Gadelha, integrante da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde; Manoel Odorico Moraes Filho, médico, pesquisador, diretor do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos da Universidade Federal do Ceará (UFC); Maria Elizabeth Amaral de Moraes, médica e pesquisadora da UFC; e Heitor Gonçalves, médico e diretor do Departamento de Saúde da UFC.



Na última segunda-feira, o Giac enviou ofício ao Ministério da Saúde formulando uma série de questões sobre a nota informativa. Na quarta-feira (27), as respostas foram apresentadas em reunião na PGR. Para compartilhar as informações e dar oportunidade para que os membros do Ministério Público Brasileiro tenham ciência dos elementos que embasaram a orientação do Ministério da Saúde, o Gabinete Integrado promoveu o encontro com os técnicos do Ministério. A reunião foi gravada e o link será disponibilizado aos membros do MP que manifestarem interesse pelo acesso. Além disso, o Ministério irá enviar as respostas ao ofício do Giac por escrito, material que também será compartilhado com os membros do MP.

2. MPT já destina mais de R\$ 234 milhões para o combate à covid-19

O Ministério Público do Trabalho (MPT) já destinou cerca de R\$ 234,2 milhões a ações de combate à covid-19, segundo levantamento publicado nesta segunda-feira (1º). Desde o último balanço, divulgado em 25 de maio, houve um incremento de aproximadamente R\$ 3,5 milhões. Garantidos por decisões da Justiça do Trabalho ou por acordos extrajudiciais (Termos de Ajustamento de Conduta – TACs), os recursos abrangem todos os estados brasileiros e vêm sendo repassados a hospitais, associações de saúde, universidades, entes da federação, entre outros, para a execução de ações de enfrentamento do coronavírus. [Leia mais.](#)

3. MPF, MPT e MP/SE atuam para tornar mais eficiente fluxo de internamento de pacientes com covid-19

Após denúncias de longas esperas e dificuldade de internamento, o MPF, o MPT e o Ministério Público do Estado de Sergipe (MP/SE) convocaram uma série de reuniões com o objetivo de solucionar os entraves no encaminhamento de pacientes graves e ainda sem diagnóstico de covid-19 para unidades de saúde. As denúncias descreviam casos em que pacientes com sintomas de covid-19 permaneciam por horas dentro de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), enquanto aguardavam encaminhamento para os hospitais de referência para tratamento da doença.



[Leia mais.](#)

4. Giac participa de quinta edição da reunião para resolução extrajudicial de conflitos

O Giac participou na última sexta (29) da 5ª Reunião para Solução Extrajudicial de Conflitos da Covid-19. Coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, o encontro reúne órgãos como Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, Advocacia-Geral da União, Conselho Nacional de Justiça, Defensoria Pública, Ministério da Saúde, da Cidadania, entre outros, com o objetivo de articular soluções conjuntas para os problemas decorrentes da pandemia. O encontro tratou da ADI 6362, que discute a distribuição de 15 mil respiradores, e da proposta do Executivo para a construção de Pacto Federativo Humanitário, que permitiria a gestão desses equipamentos de acordo com critérios técnicos.

Outros assuntos em debate foram o BI que vai monitorar os processos e procedimentos relativos à covid-19, o BI sobre municípios em lockdown, também em construção pelo CNJ, e o relaxamento das regras de isolamento, em estudo pela Casa Civil e pelo Ministério da Saúde.

5. Caixa não pode limitar atuação de sindicatos na defesa da saúde dos trabalhadores

Em decisão que segue entendimento do MPT, a Justiça do Trabalho no Rio Grande do Norte determinou que a Caixa Econômica Federal não pode limitar pleitos de entidades representativas das categorias durante a pandemia de covid-19. O banco propôs ação pedindo que a Justiça proibisse representantes sindicais de realizar piquetes, de limitar o acesso de trabalhadores às agências e de afixar cartazes, como forma de pressionar a instituição a incrementar medidas de proteção dos trabalhadores do banco do contágio pela covid-19. No entanto, os pedidos foram indeferidos pela Justiça, que considerou que o acolhimento do pleito "resultaria em obstáculo à prática de atos tipicamente sindicais, transformando-se a presente ação numa espécie de instrumento antissindical". [Leia mais.](#)



6. MPTO vai avaliar Portais da Transparência dos municípios do estado

O Ministério Público do Tocantins (MPTO) fará, nos próximos dias, avaliação dos Portais da Transparência dos municípios daquele estado. A intenção é verificar se informações sobre as contratações e aquisições relacionadas ao enfrentamento da covid-19 estão acessíveis à sociedade em aba específica no Portal Transparência, conforme exige o art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 13.979/2020. As análises serão realizadas inicialmente nos portais dos 15 maiores municípios do Tocantins e, em seguida, nos municípios com menor população. [Leia mais.](#)

7. MPPR participa de campanha para ajudar entidades e hospitais

Com o objetivo de auxiliar entidades que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade, que têm enfrentado dificuldades para se manterem funcionando em virtude da queda de doações no atual cenário da pandemia do coronavírus, o Ministério Público do Paraná participa da campanha O Amor Contagia. Coordenada pela Fundação de Apoio à Universidade Federal do Paraná (Funpar), a ação busca captar e destinar recursos a organizações do terceiro setor que auxiliam idosos carentes e crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, entre outros grupos. [Leia mais.](#)